

Título original: *Playing and Reality*.
Traduzido da primeira edição inglesa publicada
em 1971 por Tavistock Publications Ltd.,
11 New Fetter Lane, London EC 4.
Copirraite © 1971 de D. W. Winnicott.

1,05

Editoração

Coordenador: PEDRO PAULO DE SENA MADUREIRA

Tradução: JOSÉ OCTÁVIO DE AGUIAR ABREU e
VANEDE NOBRE

Revisão: FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA

Capa: LEON ALGAMIS

1975

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
IMAGO EDITORA LTDA., Av. N. Sra. de Copacabana 330,
10º andar, tel.: 255-2715, Rio de Janeiro,
que se reserva a propriedade desta tradução.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

D.W. WINNICOTT

O Brincar & a Realidade

Coleção Psicologia Psicanalítica

Direção de
JAYME SALOMÃO

Membro-Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do
Rio de Janeiro. Membro da Associação Psiquiátrica do Rio de
Janeiro. Membro da Sociedade de Psicoterapia Analítica de
Grupo do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro
IMAGO EDITORA LTDA.

RESUMO

1. Examinei as implicações que para mim existiam, em meu trabalho, do novo grau de reconhecimento que adquiri com respeito à importância da dissociação, em certos homens e mulheres, implicações que se referem a esses elementos masculinos ou femininos e às partes de suas personalidades, construídas sobre esses alicerces.

2. Examinei os elementos masculino e feminino artificialmente dissecados e descobri que associo por enquanto o impulso relacionado a objetos (e também a voz passiva disso) ao elemento masculino, enquanto postulo que a característica do elemento feminino no contexto da relação de objeto é a identidade, concedendo à criança base para ser, e depois, mais tarde, uma base para o sentimento do eu (*self*). Acredito que é aqui, na dependência absoluta da provisão materna, daquela qualidade especial pela qual a mãe atende, ou deixa de atender ao funcionamento mais primitivo do elemento feminino, que podemos buscar o fundamento da experiência de ser. Já escrevi: 'Assim, não há sentido em fazer uso da palavra "id" para designar fenômenos que não são abrangidos, catalogados, experimentados e, finalmente, interpretados pelo funcionamento do ego' (Winnicott, 1962).

Hoje, desejo dizer: 'Após ser — fazer e deixar-se fazer. Mas ser, antes de tudo'.

NOTA ACRESCENTADA SOBRE O TEMA DO FURTAR

O furtar relaciona-se ao elemento masculino em meninos e meninas. Surge a questão: qual é o correspondente disso, em termos do elemento feminino, em meninos e meninas? A resposta poderia ser: quanto a esse elemento, o indivíduo usurpa a posição da mãe ou seu lugar e vestimentas, derivando daí o caráter de ser desejável e sedutor furtado da mãe.

VI O USO DE UM OBJETO

E

RELACIONAMENTO ATRAVÉS DE IDENTIFICAÇÕES¹

Neste capítulo, proponho-me colocar em discussão a idéia do uso de um objeto. O tema afim a este, da relação de objeto, parece-me ter recebido toda nossa atenção. A idéia do uso de um objeto, porém, não foi tão bem examinada e pode mesmo não ter sido especificamente estudada.

Esse trabalho sobre o uso de um objeto origina-se de minha experiência clínica e encontra-se na linha direta de desenvolvimento peculiarmente minha. Embora naturalmente não possa presumir se o modo pelo qual dei desenvolvimento às minhas idéias tenha sido acompanhado por outros, parece-me pertinente esclarecer que houve uma seqüência, e a ordem que nela possa existir pertence à evolução do meu trabalho.

O tema que pretendo desenvolver no presente capítulo é de extrema simplicidade. Resulta de minha experiência psicanalítica, embora não pudesse dizer isso com respeito a essa mesma experiência de duas décadas atrás: não adquirira eu, então, a técnica que tornasse possíveis os movimentos transferenciais que desejo descrever. Por exemplo, só recentemente me tornei capaz de esperar; e esperar, ainda, pela evolução natural da transferência que surge da confiança crescente do paciente na técnica e no cenário psicanalítico, e evitar romper esse processo natural, pela produção de interpretações. Refiro-me à produção de interpretações e não às interpretações como tais. Estarrece-me pensar quanta mudança profunda impedi, ou retardei, em pacientes *de certa categoria de classificação* pela minha necessidade pessoal de interpretar. Se pudermos esperar,

¹ Baseado em artigo lido perante a Sociedade Psicanalítica de Nova York, em 12 de novembro de 1969, e publicado no *International Journal of Psycho-Analysis*, Vol. 50 (1969).

o paciente chegará à compreensão criativamente, e com imensa alegria; hoje posso fruir mais prazer nessa alegria do que costumava com o sentimento de ter sido arguto. Ao interpretar, acredito que o faço principalmente no intuito de deixar o paciente conhecer os limites de minha compreensão. Trata-se de partir do princípio de que é o paciente, e apenas ele, que tem as respostas. Podemos ou não torná-lo apto a abranger o que é conhecido, ou disso tornar-se ciente, com aceitação.

Em contraste, temos o trabalho interpretativo que o analista precisa fazer, e que determina a distinção entre análise e auto-análise. Esse trabalho por parte do analista, para surtir efeito, precisa relacionar-se à capacidade do paciente de *colocar o analista fora da área dos fenômenos subjetivos*. Acha-se então em jogo a capacidade do paciente de usar o analista, o que constitui tema deste artigo. No ensinar, tal como acontece na alimentação de uma criança, a capacidade de usar objetos é aceita como evidente; mas, em nosso trabalho, é-nos necessário que nos preocupemos com o desenvolvimento e estabelecimento da capacidade de usar objetos, bem como identificar, onde isso constitui um fato, a incapacidade de usá-los, sentida por um paciente.

É na análise do caso de tipo fronteiro que se tem a oportunidade de observar os delicados fenômenos que apontam para a compreensão dos estados verdadeiramente esquizofrênicos. Pela expressão 'caso fronteiro', quero significar o tipo de caso em que o cerne do distúrbio do paciente é psicótico, mas onde o paciente está de posse de uma organização psiconeurótica suficiente para apresentar uma psicose, ou um distúrbio psicossomático, quando a ansiedade central psicótica ameaça irromper de forma crua. Em tais casos, o psicanalista pode ser conivente, durante anos, com a necessidade do paciente de ser psiconeurótico (em oposição a louco) e de ser tratado como tal. A análise vai bem e todos manifestam satisfação. O único inconveniente está em que a análise jamais termina. Pode ser concluída e o paciente pode mesmo mobilizar um falso eu (*self*) psiconeurótico para finalizar o tratamento e expressar gratidão. De fato, porém, ele sabe que não houve alteração no estado (psicótico) subjacente e que analista e paciente tiveram êxito em conluir-se para provocar um fracasso. Mesmo esse fracasso pode ser valioso se analista e paciente o reconhecerem. O pa-

ciente, então, já está mais idoso e as oportunidades de morte por acidente ou doença diminuíram, de maneira que o suicídio real *pode* ser evitado. Ademais, foi interessante enquanto durou. Se a psicanálise pudesse ser um modo de vida, poder-se-ia dizer que tal tratamento realizou o que se esperava. Mas a psicanálise não é um modo de vida. Sempre esperamos que nossos pacientes terminem a análise e nos esqueçam: e descubram que o próprio viver é a terapia que faz sentido. Embora escrevamos artigos sobre esses casos fronteiros, sentimos-nos interiormente perturbados quando a loucura que neles existe permanece irrelatada e não enfrentada. Tentei um enunciado a esse respeito, de maneira mais ampla, num artigo sobre classificação (Winnicott, 1959-64).

Talvez sejam necessárias algumas considerações a mais para que eu forneça meu próprio ponto de vista sobre a diferença existente entre a relação de objeto e o uso do objeto. Na relação de objeto, o sujeito permite que se efetuem certas alterações no eu (*self*), alterações do tipo que nos levou a criar o termo catexia. O objeto tornou-se significativo. Mecanismos de projeção e identificações estiveram operando e o sujeito está esvaziado a ponto de algo seu ser encontrado no objeto, embora enriquecido pelo sentimento. Acompanhando essas mudanças, existe certo grau de envolvimento físico (embora leve), no sentido da excitação, na direção do clímax funcional de um orgasmo. (Nesse contexto, omito deliberadamente referência ao aspecto do relacionar-se que constitui um exercício de identificações cruzadas; ver pág. 176, abaixo. Há que omitir isso aqui, por pertencer a uma fase do desenvolvimento que é subsequente e não anterior àquela em que estou interessado neste artigo, isto é, o afastar-se da autocontenção e o relacionar-se a objetos subjetivos no campo do uso do objeto.)

A relação de objeto é uma experiência do sujeito que pode ser descrita em termos do sujeito, como ser isolado (Winnicott, 1958b, 1963a). Quando falo do uso de um objeto, entretanto, tomo a relação de objeto como evidente e acrescento novas características que envolvem a natureza e o comportamento do objeto. Por exemplo, o objeto, se é que tem de ser usado, deve ser necessariamente real, no sentido de fazer parte da realidade compartilhada, e não um feixe de projeções. É isso, penso eu,

que contribui para estabelecer a grande diferença existente entre relacionar-se e usar.

Dando-se por corretas essas considerações, temos que o estudo do tema do relacionamento constitui um exercício muito mais fácil para analistas do que o exame do uso, de uma vez que o relacionar-se pode ser examinado como fenômeno do sujeito e a psicanálise prefere sempre eliminar todos os fatores ambientais, exceto na medida em que se pode considerar o meio ambiente em termos de mecanismos projetivos. Mas, ao examinar o uso, não há saída: o analista tem de levar em consideração a natureza do objeto, não como projeção, mas como coisa em si.

Por enquanto, fiquemos por aqui, ou seja, que o relacionamento pode ser descrito em função do sujeito individual e que o uso não pode ser descrito, a não ser em função da aceitação da existência independente do objeto, a sua propriedade de estar sempre ali. Veremos que são exatamente esses os problemas que nos interessam, quando examinarmos a área para a qual tentei chamar a atenção, em meu trabalho, sobre o que denominei de fenômenos transicionais.

Mas essa mudança não ocorre automaticamente, apenas pelo processo de maturação. E é a esse ponto que se prende o meu interesse.

Em termos clínicos: dois bebês estão sendo amamentados ao seio. Um deles se alimenta do eu (*self*), visto que o seio e o bebê ainda não se tornaram (para o bebê) fenômenos separados. O outro se alimenta de uma fonte diferente-de-mim, ou de um objeto que pode receber um tratamento desdenhoso, sem efeito para o bebê, a menos que ocorra retaliação. As mães, como os analistas, podem ser boas, ou não suficientemente boas; algumas podem fazer o bebê passar do relacionamento ao uso, ao passo que outras não o conseguem.

Seria pertinente lembrar aqui que a característica essencial do conceito de objetos e fenômenos transicionais (conforme minha apresentação do assunto) é o *paradoxo e a aceitação do paradoxo*; o bebê cria o objeto, mas o objeto ali estava, à espera de ser criado e de se tornar um objeto catexizado. Tentei chamar a atenção para esse aspecto dos fenômenos transicionais, reivindicando que, pelas regras do jogo, todos sabemos

que nunca desafiaremos o bebê a dar resposta à pergunta: você o criou ou o encontrou?

Podemos chegar agora diretamente ao enunciado de minha tese. Parece que nutro certo receio de ali chegar, como se uma vez dado o enunciado, com ele chegasse ao fim o propósito de minha comunicação, pela sua própria simplicidade.

Para usar um objeto, o sujeito precisa ter desenvolvido *capacidade* de usar objetos. Isso faz parte da mudança para o princípio de realidade.

Não se pode dizer que essa capacidade seja inata; tampouco seu desenvolvimento num indivíduo pode ser tomado como certo. O desenvolvimento da capacidade de usar um objeto constitui outro exemplo do processo de amadurecimento, como algo que depende de um meio ambiente propício.¹

De acordo com um desenvolvimento seqüencial, pode-se dizer que há a relação de objeto, em primeiro lugar; depois, ao final, o uso do objeto. No intervalo, porém, temos a coisa mais difícil, talvez, do desenvolvimento humano; ou um dos mais cansativos de todos os primitivos fracassos que nos chegam para posterior reparo. Entre o relacionamento e o uso existe a colocação, pelo sujeito, do objeto fora da área de seu controle onipotente, isto é, a percepção, pelo sujeito, do objeto como fenômeno externo, não como entidade projetiva; na verdade, o reconhecimento do objeto como entidade por seu próprio direito.²

Essa mudança (do relacionamento para o uso) significa que o sujeito destrói o objeto. Um filósofo de gabinete poderia argumentar a respeito que, portanto, não existe na prática o uso de um objeto: se este é externo, então é destruído pelo sujeito. Contudo, se o filósofo deixasse seu gabinete e se sentasse no chão com o paciente, descobriria que existe uma posição intermediária. Em outros termos, descobriria que, depois de o su-

¹ Ao escolher *The Maturation Processes and the Facilitating Environment* como título de meu livro publicado pela *International Psycho-Analytical Library* (1965), demonstrava quanto fui influenciado pela Dra. Phyllis Greenacre (1960), no Congresso de Edimburgo. Infelizmente, falhei em não colocar no livro um reconhecimento desse fato.

² Fui influenciado em minha compreensão sobre esse ponto por W. Clifford M. Scott (comunicação pessoal, por volta de 1940).

jeito relaciona-se com o objeto', temos 'o sujeito destrói o objeto' (quando se torna externo), e, então, podemos ter 'o objeto sobrevive à destruição pelo sujeito'. Porque pode haver ou não sobrevivência. Surge assim um novo aspecto na teoria da relação de objeto. O sujeito diz ao objeto: 'Eu te destruí', e o objeto ali está, recebendo a comunicação. Daí por diante, o sujeito diz: 'Eu te destruí. Eu te amo. Tua sobrevivência à destruição que te fiz sofrer, confere valor à tua existência, para mim. Enquanto estou te amando, estou permanentemente te destruindo na fantasia' (inconsciente). Aqui começa a fantasia para o indivíduo. O sujeito pode agora *usar* o objeto que sobreviveu. É importante notar que não se trata apenas da destruição do objeto pelo sujeito, pelo fato de estar o objeto fora da área do controle onipotente do sujeito. É igualmente importante o enunciado ao inverso, ou seja, que é a destruição do objeto que o coloca fora da área do controle onipotente do sujeito. Dessa forma, o objeto desenvolve sua própria autonomia e vida e (se sobrevive) contribui para o sujeito, de acordo com suas próprias propriedades.

Em outras palavras, devido à sobrevivência do objeto, o sujeito pode agora começar a viver uma vida no mundo dos objetos e, assim, vem a lucrar imensuravelmente; mas o preço tem de ser pago na aceitação da destruição em progresso na fantasia inconsciente com respeito à relação de objeto.

Permitam-me repetir. Trata-se de uma posição a que o indivíduo pode chegar em fases primitivas de crescimento emocional só através da sobrevivência real de objetos catexizados, que se encontram, na ocasião, em processo de serem destruídos por serem reais, de se tornarem reais por serem destruídos (desde que destrutíveis e consumíveis).

Daí em diante, tendo sido atingido esse estágio, os mecanismos projetivos auxiliam no ato de *notar o que está ali*, mas não constituem *o motivo pelo qual o objeto está ali*. Em minha opinião, isso se afasta da teoria que tende a conceber a realidade externa apenas em termos dos mecanismos projetivos do indivíduo.

Já examinei até aqui quase tudo que me propus. Não tudo, porém, pois não me é possível tomar como evidente uma aceitação do fato de que o primeiro impulso na relação do sujeito com o objeto (objetivamente percebido, não subjetivo) seja des-

trutivo. (Anteriormente, utilizei a expressão 'desdenhoso', numa tentativa de dar ao leitor oportunidade de imaginar algo nesse ponto, sem apontar claramente demais o caminho.)

O postulado central dessa tese está em que, enquanto o sujeito não destrói o objeto subjetivo (material de projeção), a destruição surge e se torna característica central, na medida em que o objeto é objetivamente percebido, tem autonomia e pertence à realidade 'compartilhada'. Essa é a parte mais difícil de minha tese, pelo menos para mim.

Entende-se, geralmente, que o princípio de realidade envolve o indivíduo em raiva e destruição reativa, mas minha tese é a de que a destruição desempenha um papel na criação da realidade, colocando o objeto fora do eu (*self*). Para que isso aconteça, condições favoráveis se fazem necessárias.

Trata-se simplesmente de examinar o princípio de realidade sob alta voltagem. Tal como o vejo, estamos familiarizados com a mudança pela qual os mecanismos projetivos capacitam o sujeito a tomar conhecimento do objeto. Alegar que o objeto existe para o sujeito, devido ao funcionamento dos mecanismos de projeção deste último, não é a mesma coisa. A princípio, o observador emprega palavras que parecem aplicar-se a ambas as idéias, mas, submetendo-as a rigoroso escrutínio, verificamos que as duas idéias de modo algum são idênticas. É exatamente a esse ponto que dirigimos nosso estudo.

Nesse ponto de desenvolvimento que examinamos aqui o sujeito está criando o objeto no sentido de descobrir a própria externalidade, e há que acrescentar que essa experiência depende da capacidade do objeto de sobreviver. (É importante que, nesse contexto, 'sobreviver' signifique 'não retaliar'.) Se for numa análise que isso esteja se realizando, então, o analista, a técnica analítica e o cenário analítico, todos entram como sobrevivendo ou não aos ataques destrutivos do paciente. Essa atividade destrutiva constitui a tentativa, empreendida pelo paciente, de colocar o analista fora da área do controle onipotente, isto é, para fora, no mundo. Sem a experiência da destrutividade máxima (objeto não protegido), o sujeito jamais coloca o analista para fora e, portanto, não pode mais do que experimentar uma espécie de auto-análise, usando o analista como projeção de uma parte do eu (*self*). Em termos de alimentação, então, o paciente pode alimentar-se unicamente do eu (*self*), e não pode

usar o seio para nutrir-se. O paciente pode inclusive ter prazer na experiência analítica, mas, fundamentalmente, não sofrerá qualquer mudança.

E se o analista for um fenômeno subjetivo, que dizer do aproveitamento dos resíduos? É necessário um outro enunciado, em função do rendimento.¹

Na prática psicanalítica, as modificações positivas que se efetuam nessa área podem ser profundas. Tais modificações não dependem do trabalho interpretativo, mas da sobrevivência do analista aos ataques, que envolve e inclui a idéia da ausência de uma mudança de qualidade para a retaliação. Pode ser difícil ao analista suportar esses ataques,² especialmente quando se expressam em termos de delírio, ou através de uma manipulação que o induz a determinados procedimentos, tecnicamente infelizes. (Refiro-me a algo como não ser fidedigno em momentos em que a fidedignidade é tudo o que importa, bem como à sobrevivência em termos de manter-se vivo, e da ausência da qualidade de retaliação.)

O analista preferiria interpretar, mas isso poderia prejudicar o processo e, para o paciente, poderia assemelhar-se a uma espécie de autodefesa, com o analista desviando o ataque do paciente. Nesse caso, é melhor esperar que a fase passe e, então, examinar com o paciente o que aconteceu. Isso é legítimo, decerto, considerando-se que o analista tem necessidades próprias, mas a interpretação verbal nesse ponto não é o aspecto essencial e traz consigo seus próprios perigos. O aspecto essencial é a sobrevivência do analista e a incolumidade da técnica psicanalítica. Imagine-se quão traumática pode ser a morte real do analista, quando esse tipo de trabalho está em processo, embora mesmo sua morte real não fosse tão prejudicial quanto se ele desenvolvesse uma mudança de atitude com respeito à retaliação. São riscos que, simplesmente, têm de ser aceitos pelo paciente. Via de regra, o analista passa por essas fases de movimento na transferência.

¹ A tarefa seguinte, para quem trabalhe no campo dos fenômenos transicionais, é reenunciar o problema em termos de aproveitamento.

² Quando o analista sabe que o paciente porta um revólver, então, segundo me parece, esse trabalho não pode ser feito.

e, após cada uma delas, chega à recompensa em termos de amor, reforçada pelo pano de fundo da destruição inconsciente.

Parece-me que a idéia de uma fase de desenvolvimento que envolva essencialmente a sobrevivência do objeto não afeta a teoria das raízes da agressividade. Pode ser inútil dizer que um bebê de poucos dias inveja o seio, mas é legítimo, entretanto, dizer que, em qualquer idade, um bebê começa por permitir ao seio uma posição externa (fora da área da projeção), pois isso significa que a destruição do seio tornou-se uma característica. Refiro-me ao impulso real à destruição. É de importância fundamental, dentro das atribuições da mãe, o fato de ser ela a primeira pessoa a segurar o bebê, nessa primeira versão, das muitas que serão encontradas, de ataque ao qual se sobrevive. É esse o momento certo no desenvolvimento da criança, devido à sua relativa debilidade, de modo que se pode facilmente sobreviver à destruição. Ainda assim, o problema continua a ser delicado: é muito fácil à mãe reagir moralisticamente quando seu bebê a morde ou fere.¹ Mas essa linguagem a envolver 'o seio' é jargão. Está em pauta toda a área do desenvolvimento e manejo, na qual a adaptação se relaciona à dependência.

Ver-se-á que, embora 'destruição' seja a palavra que estou utilizando, essa destruição real relaciona-se ao fracasso do objeto em sobreviver. Sem esse fracasso, a destruição permanece potencial. A palavra 'destruição' é necessária, não por causa do impulso do bebê a destruir, mas devido à suscetibilidade do objeto a não sobreviver, o que também significa sofrer mudança de qualidade, de atitude.

O modo de examinar o que está expresso aqui, próprio à minha apresentação deste capítulo, torna possível uma nova abordagem de todo o tema das raízes da agressividade. Por exemplo, não é necessário atribuir à agressividade inata mais do que lhe é devido, em companhia de tudo o mais que é inato. Indubitavelmente, a agressividade inata deve ser variável em sentido quantitativo, da mesma maneira que tudo o mais que é herdado, é variável entre indivíduos. Em contraste, são grandes as variações que se originam das diferenças nas experiências de

¹ De fato, o desenvolvimento do bebê pode tornar-se extremamente complexo, se ele nasce com um dente, de modo que o ataque das gengivas ao seio nunca pode ser submetido à prova.

diversos bebês recém-nascidos, conforme sejam eles conduzidos ou não através dessa fase muito difícil. Tais variações no campo da experiência são, na verdade, imensas. Além disso, os bebês que foram bem cuidados durante essa fase têm probabilidades de ser *clínicamente* mais agressivos do que aqueles que não o foram, para quem a agressão constitui algo que não pode ser abrangido ou que só pode ser retido sob a forma de suscetibilidade a ser objeto de ataque.

Isso envolve uma nova redação da teoria das raízes da agressividade, de uma vez que a maior parte do que já foi escrito por analistas, foi formulado sem referência ao que está sendo estudado neste capítulo. Na teoria ortodoxa, continua a suposição de que a agressividade é reativa ao encontro com o princípio de realidade, ao passo que, aqui, é o impulso destrutivo que cria a qualidade da externalidade. Esse ponto é central à estrutura de meus argumentos.

Permitam-me examinar por um instante a área exata desse ataque e sobrevivência na hierarquia dos relacionamentos. Mais primitiva, e inteiramente diferente, é a aniquilação. A aniquilação significa 'ausência de esperança'; a catexia define porque nenhum resultado completa o reflexo a produzir um condicionamento. Por outro lado, o ataque raivoso, relativo ao encontro com o princípio de realidade, constitui um conceito mais apurado, posterior à destruição que aqui postulo. *Não há raiva* na destruição do objeto a que me refiro, embora se possa dizer que existe alegria pela sobrevivência do objeto. A partir desse momento, ou surgindo dessa fase, o objeto, *na fantasia, está sempre sendo destruído*. Essa qualidade de 'estar sempre sendo destruído', torna a realidade do objeto sobrevivente sentida como tal, fortalece o tom de sentimento e contribui para a constância objetal. O objeto, agora, pode ser usado.

Desejo concluir com uma nota sobre usar e uso. Por 'uso' não quero significar 'exploração'. Como analistas, sabemos o que é ser usado, o que significa que podemos perceber o final do tratamento, mesmo que esteja a vários anos de distância. Muitos de nossos pacientes chegam-nos com esse problema já solucionado: podem usar objetos, podem usar-nos e podem usar a análise, tal como usaram seus pais, seus irmãos e seus lares. Entretanto, muitos pacientes necessitam adquirir, através de nós, uma capacidade de nos usar. Esta é, para eles, a tarefa analítica.

Para atender às necessidades desses pacientes, precisaremos conhecer o que está em pauta aqui sobre nossa sobrevivência à sua destrutividade. Um pano de fundo de destruição inconsciente do analista é estabelecido e nós sobrevivemos a ela ou, alternativamente, temos aqui outra análise interminável.

RESUMO

A relação de objeto pode ser descrita em função da experiência do sujeito. A destruição do uso do objeto envolve a consideração da natureza deste. Ofereço a exame os motivos por que, em minha opinião, a capacidade de usar um objeto é mais apurada que a capacidade de relacionar-se a objetos; o relacionamento pode dar-se com um objeto subjetivo, mas o uso implica que o objeto faça parte da realidade externa.

Pode-se observar esta seqüência: (1) O sujeito *relaciona-se* com o objeto. (2) O objeto está em processo de ser encontrado, ao invés de ter sido colocado pelo sujeito no mundo. (3) O sujeito *destrói* o objeto. (4) O objeto sobrevive à destruição. (5) O sujeito pode *usar* o objeto.

O objeto está sempre sendo destruído. Essa destruição torna-se o pano de fundo inconsciente para o amor a um objeto real, isto é, um objeto situado fora da área do controle onipotente do sujeito.

O estudo desse problema envolve um enunciado do valor positivo da destrutividade. Esta, mais a sobrevivência do objeto à destruição, coloca este último fora da área de objetos criados pelos mecanismos psíquicos projetivos do sujeito. Dessa maneira, cria-se um mundo de realidade compartilhada que o sujeito pode usar e que pode retroalimentar a substância diferente-de-mim dentro do sujeito.